

FUP vai cobrar contraproposta para reivindicações



O Conselho Deliberativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP) se reuniu na quarta-feira (24/09) para avaliar a primeira rodada de negociação com as empresas do Sistema Petrobrás. Também foram discutidas as próximas etapas na campanha reivindicatória do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2025). A expectativa é que a empresa apresente uma contraproposta que atenda a pauta de reivindicações da categoria petroleira.

Desde o dia 2/09, quando a pauta do ACT 2025 foi protocolada, iniciaram, por solicitação da FUP, as reuniões temáticas com a empresa para a apresentação detalhada das reivindicações aprovadas pela categoria petroleira na 12ª

PlenaFup. A sétima reunião temática aconteceu no dia 23/09, sobre pautas relacionadas ao SMS, considerado um dos temas mais estruturantes da pauta da categoria e alcance de todo o ACT. “A gente vende nossa força de trabalho, não nossa saúde nem integridade física”, afirmou a diretora da FUP, Cibele Vieira, na abertura da reunião.

Além de reforçar reivindicações voltadas para a prevenção da saúde integral dos petroleiros e das petroleiras, próprios e prestadores de serviço, e a garantia de um ambiente de trabalho que seja seguro para todos, a FUP também apresentou propostas relacionadas ao combate à violência no trabalho e contra a discriminações,

cobrando mecanismos de proteção da vida e de inclusão das pessoas mais vulneráveis. Outro ponto bastante enfatizado foi a necessidade de melhorias do programa de saúde mental do Sistema Petrobrás, com foco na prevenção, por meio do mapeamento e da mitigação dos riscos biopsicossociais.

Os representantes sindicais cobraram dos gestores da empresa um olhar integral para toda a pauta de reivindicações, visando à construção de um Acordo que resgate os direitos perdidos nos governos passados, amplie as conquistas atuais e avance nas cláusulas sociais e econômicas para garantir uma distribuição justa da riqueza gerada. A categoria reivindica ganho real e

reposição das perdas acumuladas desde 2016, que totalizam um reajuste de 10,34%. Ainda, reivindicam a ampliação e melhoria de uma série de direitos que impactam diretamente o dia-a-dia dos trabalhadores, como os adicionais, os benefícios educacionais, a assistência alimentar, auxílio doença, horas extras, férias, entre outras.

Uma cobrança feita em todas as reuniões é que a diretoria da Petrobrás apresente o quanto antes uma solução para os equacionamentos da Petros. As lideranças sindicais também reforçaram a necessidade de prorrogação do atual Acordo Coletivo ao longo de todo o processo de negociação.

Pressão das ruas contra privilégios e anistia



O último domingo foi um dia histórico. Milhares de pessoas foram às ruas em todo o país protestar contra a PEC da Bandidagem, aprovada na Câmara Federal, e o projeto de anistia, que visa beneficiar os condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

Petroleiros e diretores do Sindipetro/MG participaram dos atos em Montes Claros e em Belo Horizonte. Na capital, um mural com fotos e nomes dos deputados federais de Minas Gerais que apoiaram a PEC foi exposto sob uma placa estampada “Traidores”. No Rio de Janeiro, o ato reuniu artistas consagrados da MPB que se posicionaram em defesa da soberania nacional e da Democracia. Em São Paulo, mais de 40 mil pessoas ocuparam a Paulista.

A PEC da bandidagem propõe blindar parlamentares e presidentes nacio-

nais de partidos políticos de investigações, prisões e processos na Justiça. A proposta prevê que os parlamentares não podem ser processados sem a autorização da Câmara ou do Senado. E também, que esses só seriam alvo de medidas cautelares expedidas pelo Supremo, e não por instâncias inferiores da Justiça. Tudo isso em votação secreta.

A avaliação é de que após a forte pressão popular, tanto a PEC da Bandidagem como o PL da Anistia, em regime de urgência na Câmara Federal, não sejam aprovados. A extrema-direita continua fazendo de tudo para tentar livrar da cadeia o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado pelo Supremo Tribunal Federal por mais de 27 anos, em 11/9, mesmo que para isso tenha que colocar a soberania do país em risco.

Greve dos técnicos de segurança continua



A greve dos trabalhadores da Previne, que atuam na área de Segurança do Trabalho na Refinaria Gabriel Passos (Regap), continua após a audiência de conciliação realizada nesta terça-feira (24/9) no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MG). A reunião terminou sem acordo, e os grevistas seguem submetidos a uma liminar judicial que restringe os efeitos da paralisação. No TRT, a empresa se comprometeu a apresentar uma nova proposta para as reivindicações dos trabalhadores.

A greve dos técnicos de Segurança do Trabalho, iniciada em 29 de agosto, tem sido marcada por práticas antissindicais da empresa Previne. Há denúncias de ameaças, pressões e até a substituição de trabalha-

dores em greve por empregados sem a devida qualificação — medida que, além de ilegal, representa risco à segurança da refinaria. Também há denúncias de conivência da gestão local de SMS da Petrobrás, que, em vez de buscar soluções que favoreçam um acordo justo, acaba legitimando atitudes que ferem o direito constitucional de greve.

Os trabalhadores seguem mobilizados, cobrando melhorias salariais e de benefícios, com destaque para a luta pela isonomia entre trabalhadores que exercem a mesma função dentro da Regap. Segundo os grevistas, a mobilização continuará até que seja apresentada uma proposta que atenda às reivindicações aprovadas em assembleia da categoria.